



Co-funded by
the European Union



IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Disciplina: **Direito da Integração (Módulo Jean Monnet)**

Ano/Semestre: 2024/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 45 Horas/Aula

Créditos: 03

Área Temática: Direito

Código da Disciplina: 120648

Turma: MS14001-00006

Professora: Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Fundamentos teóricos, históricos, econômicos e jurídicos da integração regional. Tipologia e objetivos econômicos da integração. A União Europeia e o MERCOSUL. Estrutura orgânica e funcionamento. Direito originário e derivado. O sistema de solução de controvérsias e a formação dos princípios do direito da integração. A aplicação do Direito da Integração pelo juiz nacional. Perspectivas de outros esquemas de integração regional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte Geral

1. Direito internacional, direito da integração e direito comunitário. Semelhanças e diferenças. Sujeitos e fontes. Classificação e características dos esquemas de integração regional. Estrutura institucional e sistema de solução de controvérsias.



Co-funded by
the European Union



2. Objetivos econômicos da integração: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária. As exceções ao sistema multilateral de comércio e a cláusula da nação mais favorecida. O multilateralismo e o regionalismo.

Parte Especial

1. A União Europeia (UE).

- a) Evolução histórica do processo de integração na Europa. O Tratado de Paris de 1951 e a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA). Os Tratados de Roma de 1957 e a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM). O procedimento de adesão e de saída de um Estado Membro. O BREXIT. Objetivos econômicos.
- b) A estrutura institucional da União Europeia. O processo de tomada de decisões e de elaboração de normas. A distribuição de competências. As instituições da União Europeia: Conselho Europeu, Comissão, Parlamento, Conselho de Ministros, Tribunal Geral, Tribunal de Justiça, Comitês, Banco Central Europeu.
- c) O Direito da União Europeia: direito originário e derivado. Fontes. Elaboração, adoção e aplicação do Direito da União Europeia. Os princípios do Direito da União Europeia. A Ata Única de 1986 e as modificações ao Tratado de Roma. O Tratado de Maastricht de 1991. O Tratado de Amsterdã. O Tratado de Nice e as alterações no plano institucional. O projeto de um tratado constitucional da União Europeia. O Tratado de Lisboa. A Carta de Direitos Fundamentais.
- d) A origem e a hierarquia da Carta de Direitos Fundamentais na União Europeia. O papel do Tribunal de Justiça da União Europeia na consolidação do respeito aos direitos humanos no bloco europeu. As previsões da Carta de Direitos Fundamentais da União



Co-funded by
the European Union



Europeia e do direito derivado com relação à proteção do consumidor e à proteção de dados.

- e) Os direitos e garantias ao trabalhador migrante previstos na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e no direito derivado: a política de igualdade e não discriminação.
- f) As iniciativas de democracia participativa e democracia representativa no bloco europeu como formas de exercício da cidadania e as prescrições da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.
- g) O Tribunal de Justiça da União Europeia. Competências. A questão prejudicial. A construção jurisprudencial dos princípios do Direito da União Europeia: casos Van Gend en Loos (1963), Costa c/ Enel (1964), Simmenthal (1978), Cassis de Dijon (1979) e Francovich (1991). Os leading cases em matéria de proteção ao consumidor, proteção de dados, proteção do trabalhador migrante e exercício da cidadania, à luz das prescrições da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.

2. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

- a) Evolução histórica do processo de integração entre Brasil e Argentina. A Ata de Alvorada (1988). O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988). A Ata de Buenos Aires (1990). O Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica – AAP.CE nº 14 (1990). O Tratado de Assunção (1991).
- b) O MERCOSUL. Fontes. Direito originário e derivado. Tratado de Assunção (1991). Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias (1991). Protocolo de Ouro Preto (1994). Protocolo de Olivos (2002). Protocolo de Ushuaia (1998). Protocolo de



Co-funded by
the European Union



- Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (2005). Protocolos de Adesão. Os princípios do Direito do MERCOSUL.
- c) A integração regional e a Constituição Federal de 1998 (Brasil). Direito da Integração e direito interno. Hierarquia das normas e resolução do conflito de fontes. A integração regional e a Constituição dos Estados Partes do MERCOSUL (Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela).
 - d) A relação MERCOSUL – ALADI (Associação Latino-americana de Integração). A inscrição do MERCOSUL no GATT/OMC: a cláusula de habilitação. A participação do MERCOSUL nas negociações multilaterais.
 - e) A estrutura orgânica do MERCOSUL. Órgãos com capacidade decisória: Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo do Mercado Comum (GMC), Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM). O Parlamento do MERCOSUL. A Secretaria. O Tribunal Permanente de Revisão (TPR).
 - f) Mecanismos para a solução de controvérsias: de Brasília a Olivos. A cláusula de opção de foro. A participação do particular e dos Estados Partes. As etapas do sistema de solução de controvérsias. O Protocolo de Olivos II (2007). As competências do Tribunal Permanente de Revisão e a formação dos princípios do Direito do MERCOSUL. Opiniões consultivas e laudos arbitrais.
 - g) O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL: antecedentes e hierarquia no Direito do MERCOSUL. Os eixos temáticos do Estatuto, com especial referência à proteção do consumidor, proteção de dados, proteção do trabalhador migrante e exercício da cidadania. As contribuições da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia para a consolidação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.

OBJETIVOS



Co-funded by
the European Union



1. Compreender a integração no contexto da transnacionalização do Direito, da transdisciplinaridade e da globalização, refletindo criticamente sobre a mutação das disciplinas jurídicas atingidas pela regulação regional e o seu impacto no direito interno dos Estados.
2. Brindar ferramentas que possibilitem a identificação das normas produzidas por cada esquema de integração, sua forma de aprovação, interpretação e aplicação, assim como o seu status hierárquico no direito dos Estados que integram o respectivo bloco econômico, com especial referência à Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e ao Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.
3. Viabilizar a comparação dos esquemas de integração da União Europeia e do MERCOSUL, especialmente no que se refere ao tipo econômico, à estrutura institucional e ao tratamento dispensado aos direitos humanos, para que seja possível estabelecer as semelhanças e diferenças, assim como o grau de compromisso dos Estados na consecução dos objetivos previstos nos tratados-marco.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da disciplina será empregada a metodologia ativa, que consiste em exposição e orientação, por parte do professor, além da apresentação de seminários e atividades, por parte dos alunos, para discussão e análise de textos e jurisprudência, sendo recomendável a leitura da bibliografia indicada em cada aula. Durante o transcurso das aulas, será importante a participação do aluno nos debates realizados.

AVALIAÇÃO



Co-funded by
the European Union



Serão considerados os seguintes critérios para a avaliação continuada do processo de aprendizagem do aluno:

- Participação nos debates (10%);
- Apresentação de seminário (30%);
- *Paper final* (60%) a ser entregue na Secretaria do PPGDir, em data a definir.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO GARCÍA, Ricardo. **Sistema jurídico de la Unión Europea**. 5ª ed. Aranzadi, 2014.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do Direito da União Europeia**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2017.

CALAHORRO, Augusto Aguilar. A eficácia da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia à luz da jurisprudência mais recente do Tribunal de Justiça. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 389–418, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/23781>. Acesso em: 05 jul. 2024.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; PEREIRA MACHADO, Diego. **Direito da Integração, Direito Comunitário, MERCOSUL e União Europeia**. Salvador: JUSPODIVM, 2011.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; Jaeger Júnior, Augusto. “Por uma teoria jurídica da integração regional: a inter-relação direito interno, direito internacional público e direito da integração”. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 138-158, 2015. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/3710>. Acesso em: 05 jul. 2024.



Co-funded by
the European Union



KLINGL, Bernard J. L. de G. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

KNOLL, Silvina Barón. El MERCOSUR a 30 años de su creación. Balance y perspectivas en torno al sistema de solución de controversias en el bloque. In: VIEIRA, Gustavo Oliveira (Org.) **MERCOSUL 30 anos: caminhos e possibilidades.** Curitiba: Instituto Memória, 2021. p. 143-155.

MARTÍN, Araceli Mangas (Dir.) **Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea: comentario artículo por artículo.** Bilbao: Fundación BBVA, 2008. Disponível em: <https://www.fbbva.es/publicaciones/carta-de-los-derechos-fundamentales-de-la-union-europea-comentario-articulo-por-articulo/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; GOMES, Eduardo Biacchi (Orgs.) **Direito da Integração Regional: diálogo entre jurisdições na América Latina.** São Paulo: Saraiva, 2015.

NEGRO, Sandra (Dir.) **Derecho de la Integración.** Tomo 1. 3 ed. Montevideo-Buenos Aires: BdeF, 2018.

TAVARES, Sérgio Maia. Quid Iuris? A União Europeia e o novo locus standi dos direitos humanos: a construção da efetividade da Carta de Direitos Fundamentais, a reforma de Lisboa e o artigo 6º, TUE. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, nº 2, p. 313–349, 2013. Disponível em: <https://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/21>. Acesso em: 05 jul. 2024.

TEMOTHEO, Reinaldo (Coord.) **O novo acordo MERCOSUL-União Europeia em perspectiva.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As Assimetrias entre o MERCOSUL e a União Europeia.** Barueri/SP: Manole, 2003.



Co-funded by
the European Union



VIEIRA, Luciane Klein; COSTA, Vitória Volcato da. O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia: uma análise comparativa sobre o avanço da cidadania regional. **Revista Electrónica Instituto de Investigaciones Jurídicas y Sociales Ambrosio L. Gioja**. Dossier: Incidencias de la integración regional en el mundo jurídico. A 30 años de la constitución del MERCOSUR, nº 27, p. 105- 125, dic.2021/mayo 2022. Disponível em: <http://www.derecho.uba.ar/revistas-digitales/index.php/revistaelectronicagioja/article/view/577/372>. Acesso em 05 jul. 2024.

VIEIRA, Luciane Klein. **Interpretação e Aplicação Uniforme do Direito da Integração: União Europeia, Comunidade Andina, Sistema da Integração Centro-americana e MERCOSUL**. Curitiba: Juruá, 2013.

VIEIRA, Luciane Klein; NEGRO, Sandra C. (Orgs.) **O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/direito/estatutocidadania/index.html?fbclid=IwAR33cCJPOWsOOJBtPgZL1z10FMc8WVEKkaJpRhCNnt7v1eyhqKBtp269rsA>. Acesso em: 05 jul. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Dora Resende; MAGALHÃES, Maria Manuela. A iniciativa de cidadania europeia num contexto de democracia. **Revista de Direitos Humanos e Democracia**, nº 14, p. 15-29, jul./dez. 2019. Disponível em:



Co-funded by
the European Union



<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/9526>.

Acesso em: 05 jul. 2024.

CÁMARA VILLAR, Gregorio. Los derechos fundamentales en el proceso histórico de construcción de la Unión Europea y su valor en el Tratado Constitucional. **Revista de Derecho Constitucional Europeo**, [S. l.], n. 4, 2005. Disponível em: <https://personal.us.es/juanbonilla/contenido/CM/LECTURAS%20RECOMENDADAS/CAMARA%20VILLAR.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

CAPUCIO, Camila. **Comércio Internacional e Integração Regional: a OMC e o regionalismo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. MERCOSUL e o Meio Ambiente: perspectivas da tutela ambiental regional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 283-293, 2017. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4349>. Acesso em: 05 jul. 2024.

JAEGER JR., Augusto. **Mercados Comum e Interno e Liberdades Econômicas fundamentais**. Curitiba: Juruá, 2010.

MASSENO, Manuel David. Como a União Europeia procura proteger os cidadãos-consumidores em tempos de big data. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/41708>. Acesso em: 05 jul. 2024.

MOURA, Aline Beltrame de. Relação entre a recepção das normas de direito internacional e o grau de abertura das constituições aos fenômenos de integração regional. **Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão**, Assunção, n. 12, p. 287-301, 2018. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/288/155186>. Acesso em: 05 jul. 2024.



Co-funded by
the European Union



NEGRO, Sandra C.; VIEIRA, Luciane Klein (Orgs.) **MERCOSUL 30 anos: passado, presente e futuro.** São Leopoldo: Casa Leiria, 2021. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/direito/mercosul30anos/index.html>. Acesso em: 05 jul. 2024.

SALLES, Marcus Maurer de; FERREIRA, Guilherme Augusto Guimarães; DIAS, Maurício. O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL: os fundamentos jurídico-institucionais para a construção de uma cidadania regional. **BJIR**, Marília, v. 10, n. 1, p. 55-74, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12550>. Acesso em: 05 jul. 2024.

SARMIENTO, Daniel. **El Derecho de la Unión Europea.** Madrid: Marcial Pons, 2016.

SCHÖNFELDER, Nina; WAGNER, Helmut. “Impact of European integration on institutional development”. **Journal of Economic Integration**, v. 31, n. 3, p. 472-530, 2016.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Direitos Fundamentais e Direito da União Europeia em Momento de Tensão.** Belo Horizonte: Arraes, 2017.

VASCONCELOS, Raphael de Carvalho. Los 30 años del MERCOSUR: retos, logros y el futuro de la integración regional. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, Asunción, n. 17, p. 162-171, 2021. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/447/155265>. Acesso em: 05 jul. 2024.

VIEIRA, Luciane Klein. “El MERCOSUR y la preocupación con la salud y seguridad del consumidor: una mirada a partir de las Directrices de Naciones Unidas de Protección al Consumidor y de lo prescripto en el Tratado de Asunción.” In: NEGRO, Sandra (Dir.) **Acuerdo Unión Europea – MERCOSUR. La Comercialización de Alimentos en la Unión Europea y el MERCOSUR.** Montevideo/Buenos Aires: BdeF, 2019. p. 121-150.



Co-funded by
the European Union



VIEIRA, Luciane Klein; ARRUDA, Elisa. “A relação entre o grau de integração e o sistema de solução de controvérsias: um estudo comparativo entre a União Europeia e o MERCOSUL”. In: **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 15, n. 2, 2018. p. 285-306. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/5160>. Acesso em: 05 jul. 2024.